

MACHADO DE ASSIS LÊ OS TELEGRAMAS

RODRIGO TRINDADE

Universidade de São Paulo
São Paulo, São Paulo, Brasil

Resumo: Entre os anos de 1892 e 1897, quando Machado de Assis publicou sua última série de crônicas, na *Gazeta de Notícias*, a rubrica “Telegramas” já estava bastante consolidada nos periódicos do Rio de Janeiro. Nela eram publicadas de maneira sintética as notícias vindas do Brasil e do estrangeiro. O cronista de “A Semana” leu com especial interesse o conteúdo trazido pelo telégrafo. Neste artigo, pretendemos demonstrar que o escritor-jornalista comentou criticamente esses textos, dando ênfase à imprecisão das informações neles reportadas e, com isso, realizou uma profícua reflexão sobre a atividade jornalística de seu tempo. Para desenvolvermos essa hipótese, analisaremos excertos de crônicas nas quais esse gesto é verificável.

Palavras-chave: Machado de Assis; Crônica; Literatura e Imprensa; Telegramas.

MACHADO DE ASSIS READS THE TELEGRAMS

Abstract: Between 1892 and 1897, when Machado de Assis published his last series of chronicles, in Gazeta de Notícias, the heading “Telegramas” was already well established in Rio de Janeiro’s periodicals. In it, news from Brazil and abroad were published in a synthetic way. The columnist of “A Semana” read with particular concern the content brought by the telegraph. In this article, we intend to demonstrate that the writer-journalist critically commented on these texts, emphasizing the imprecision of the information reported in this genre and, with that, carried out a fruitful reflection on the journalistic activity of his time. To develop this hypothesis, we will analyze excerpts from chronicles in which this gesture is verifiable.

Keywords: Machado de Assis; Chronicle; Press and literature; Telegrams.

A leitura das crônicas de Machado de Assis permite acessar uma faceta criativa do escritor que se desenvolveu semanalmente no exercício da escrita para os jornais. Dentre todas as séries produzidas por ele, destaca-se a colaboração para a *Gazeta de Notícias*, realizada entre os anos de

1892 e 1897. Seu último conjunto de crônicas escritas sob a rubrica “A Semana”, reserva ao leitor um texto caracterizado pela análise crítica do discurso jornalístico e suas nuances.

Muitas vezes a repetição indica uma predileção. Dentre as 248 crônicas da série, Machado de Assis dedicou aproximadamente 40 delas à reflexão sobre conteúdo veiculado na seção “Telegramas” – rubrica diariamente publicada nos periódicos cariocas, que reportava sinteticamente os eventos ocorridos fora da capital federal e nas principais cidades do mundo. Tais ocorrências demonstram não apenas o interesse do cronista pelas curtas notícias vindas de pontos distantes do Brasil e do estrangeiro, mas pelas soluções encontradas pelas agências de notícias para fornecer material aos periódicos de maneira célere.

Neste artigo, desenvolvemos a hipótese de que ao comentar os fatos ocorridos na incipiente república brasileira e no mundo a partir do que lê nos telegramas, o cronista se propõe a problematizar esse tipo de gênero jornalístico, questionando a precisão e a densidade das informações reportadas através dele. Pretendemos demonstrar a partir da análise de excertos de sete crônicas representativas desse expediente, que sua escrita acusa as idiosincrasias do conteúdo dessa seção nos jornais.

“A agência Havas foi a primeira agência de notícias francesa, fundada em 1835, e dominava as notícias que encabeçavam as primeiras páginas dos melhores jornais”.¹ Instalada no Rio de Janeiro em 1874, era especializada na produção e distribuição de conteúdo enviado por telégrafo. No Brasil, foi a principal empresa responsável por trazer informações vindas do estrangeiro entre o fim do século XIX e o início do século XX.

As agências podiam enfrentar melhor do que os jornais o preço do telégrafo porque entregavam a mesma mensagem a vários clientes. Para reduzir os custos, criaram códigos telegráficos [...]

O uso de códigos e a compressão das notícias em poucas palavras para economizar as despesas telegráficas davam lugar a confusões e mal-entendidos. Na imprensa brasileira, a “tradução” deficiente desses telegramas sintéticos ocasionou a publicação de muitas notícias erradas a ponto de a informação telegráfica cair no descrédito. Ficou famosa a expressão “mentir como um telegrama”. (MOLINA, 2015, p. 407)

¹ ASSIS, Machado de. *Machadiana Eletrônica*. 2021. p. s-s. Nota de John Gledson.

Em 1892, já no período republicano, a seção “Telegramas” estava consolidada. O desenvolvimento da rubrica acompanha o processo de profissionalização do jornalismo que se dá no período: “a imprensa artesanal estava sendo substituída pela imprensa industrial. A imprensa brasileira aproximava-se, pouco a pouco, dos padrões e das características peculiares a uma sociedade burguesa” (SODRÉ, 1966, p. 261).

Naturalmente, o recurso telegráfico se apresentava como um dos símbolos da modernização da imprensa, o que por si só poderia ser enxergado como um elemento positivo, como deixa entrever um artigo não assinado na *Gazeta de Notícias*:²

O fio telegráfico é o fio de Ariadne da civilização moderna no labirinto do progresso. Logo que o homem civilizado põe o pé em lugar desconhecido, na Ásia, na África e na América, o seu primeiro cuidado é ir deixando atrás de si os postes telegráficos e o fio condutor, que o há de pôr em comunicação com o resto do mundo.³

O entusiasmo dos jornalistas com o recurso tecnológico, que possibilita uma comunicação ágil entre regiões distantes, não parece encontrar ressonância na pena machadiana. O cronista analisa os seus efeitos na imprensa de maneira crítica e bem humorada. No primeiro ano de sua série, pondera: “Vá um homem crer em telegramas! A mim custa-me muito; Bismarck não cria absolutamente, tanto que confessa agora haver alterado a notícia de um, para obrigar à guerra de 1870”.⁴

No excerto, o cronista refere-se à guerra franco-prussiana, ocorrida entre 1870 e 1871, estrategicamente provocada pelo chanceler Otto Von Bismarck, que tinha o intuito de apresentar o império francês de Napoleão III como uma potência agressora. No centro das atenções do cronista, o suposto telegrama, apresentado exageradamente como o estopim para a guerra. Assim, de passagem, a crônica problematiza o gênero. Frequentemente, sob a pena de Machado de Assis, o elemento colateral se torna a questão central.

A confissão do cronista parece representar sua visão a respeito do serviço prestado pela tecnologia ao expediente jornalístico. A própria agência Havas é

² As transcrições reproduzem os textos das edições dos periódicos disponíveis no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. Neste artigo realizamos apenas as atualizações ortográficas.

³ *Gazeta de Notícias*, 02 out. 1892.

⁴ *Gazeta de Notícias*, 20 nov. 1892.

citada na crônica de 16 de abril de 1893, que trata da dissolução do Tribunal de Relação do estado de Santa Catarina por parte do governador Tenente Machado:

Os telegramas noticiam que o regozijo público e a indignação pública são enormes. O governador é objeto de aclamações e vitupérios. Gargalhadas e ranger de dentes enchem o ar do estado. Essas contradições só o movimento político as poderia fazer aceitar.

Convém notar que, a princípio, julguei que era gracejo dos empregados do telégrafo, e gracejo comigo. Cheguei a escrever cinco ou seis mofinas, com assinatura e estilo diferentes. Em uma delas cotejava essas notícias contraditórias com as da Havas, todas acordes, ainda quando esta agência passa da notícia à profecia, como fez agora, a propósito de dois presos políticos de Santiago, dos quais diz que “vão ser condenados à morte”. É ter muita ou nenhuma confiança nos tribunais.⁵

A crônica sugere que os relatos apresentados pelos telegramas são contraditórios e não permitem saber, ao certo, qual foi a reação da população catarinense aos atos do chefe do executivo estadual. A escolha da construção paradoxal para dar conta da situação conflituosa do estado suscita comicidade e ironia, e coloca em xeque a relevância da notícia. A técnica é ainda mais sofisticada pelo uso do recurso estilístico da enumeração articulada, no qual se encadeiam pares de elementos descritivos com alguma aproximação entre eles — o conjunto “regozijo público/indignação pública”, “aclamações/vitupérios” e “gargalhadas/ranger de dentes”.

Ao apresentar relatos diametralmente distintos a respeito do mesmo fato, Machado de Assis aponta para a ambiguidade das informações trazidas pelos telegramas que, vistas em perspectiva, são capazes de suscitar graça e confusão. O cronista acentua essa percepção ao reunir no mesmo parágrafo as visões opostas sobre a questão política, oferecendo ao leitor um resumo do absurdo que consiste em assumir como relato fidedigno os diferentes telegramas a respeito do ocorrido.

A situação conflituosa verificada em várias regiões do Brasil no final do século XIX, potencializada pelo autoritarismo do incipiente governo republicano, dava azo a uma leitura bastante pessimista do futuro do país. Existe

⁵ *Gazeta de Notícias*, 16 abr. 1893.

uma percepção de desordem e fracasso institucional que se reproduz no noticiário, analisado atentamente pelo cronista. A respeito disso:

A crônica de Machado tende a radicalizar a tensão entre as exigências da realidade e as suas vias de representação. O texto ajusta uma forma literária à matéria fornecida pelo complexo meio, no qual os acontecimentos promovem constantemente a perda da elevação e da noção do absoluto. Se os disparates não são exclusividade da sociedade e da política brasileiras, temas privilegiados nas crônicas machadianas, a conformação deles permitiu um tratamento especial. (BETELLA, 2007, p. 183)

É nesse ambiente que Machado de Assis insere o seu comentário. Não obstante, o interesse no fato em si parece ser menos profundo do que a observação a respeito do modo como é feito o seu registro. Ademais, não é apenas para as informações trazidas pelos correspondentes nacionais que o cronista direciona seu olhar. O segundo parágrafo do excerto faz referência ao telegrama publicado três dias antes na própria *Gazeta de Notícias*:

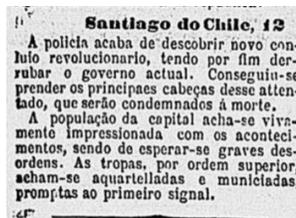


Figura 1: Telegrama publicado na *Gazeta de Notícias* em 13 abr. 1893.

Sendo a principal agência de notícias internacional a atuar na América Latina, a Havas foi também objeto do comentário de Machado de Assis. Na crônica de 16 de abril de 1893, o cronista sugere que a empresa ultrapassa os limites do seu ramo de atuação ao realizar previsões, ou, como afirma o cronista, “profecias” a respeito dos assuntos que reporta. Tomando como motivo o episódio de Santa Catarina, o escritor aproveita para tecer seus comentários a respeito do gênero “telegrama” e, por extensão, do modo como a empresa francesa supostamente distorceria as informações fornecidas aos jornais.

Se no primeiro caso é possível atribuir ao calor dos acontecimentos políticos as múltiplas versões dos fatos reportados, no que diz respeito ao relato trazido do Chile nada justificaria a afirmação categórica de que os revoltosos chilenos

seriam condenados à morte antes de serem julgados. O dilema colocado no último parágrafo do excerto da crônica machadiana – “é ter muita ou nenhuma confiança nos tribunais” – propõe que a antecipação do veredito revelaria um pretensioso transbordamento das atribuições da agência, ignorando as vias processuais da jurisdição chilena.

Discutir o expediente da empresa francesa também serve como motivo para comentar o ambiente do fim de século. O período marcado pela multiplicação de notícias vindas de diferentes recantos do mundo enseja reflexões do cronista. Na crônica de 6 de outubro de 1895, Machado de Assis pondera:

Quem põe o nariz fora da porta, vê que este mundo não vai bem. A Agência Havas é melancólica. Todos os dias enche os jornais, seus assinantes, de uma torrente de notícias que, se não matam, afligem profundamente. Ao pé delas, que vale o naufrágio do paquete alemão Uruguai, em Cabo Frio? Nada. Que vale o incêndio da fábrica da Companhia Luz Esteárica? Coisa nenhuma.

[...]

Mas tornemos ao presente e à Agência Havas. São rebeliões sobre rebeliões, Constantinopla e Cuba, matança sobre matanças, China e Armênia. Os cristãos apanham dos muçulmanos, os muçulmanos apanham de outros religiosos, e todos de todos, até perderem a vida e a alma.⁶

Nessa crônica, questiona-se o volume de informações trazidas diariamente pelo telégrafo, algumas de lugares distantes, sem interesse imediato para o leitor carioca. Sugere-se no texto uma espécie de exaustão com a profusão de más notícias reportadas diariamente. Assim, ao estabelecer um sopesamento entre as crises locais e as estrangeiras, Machado de Assis aponta para uma hierarquização entre as notícias apuradas na cidade e no resto do mundo, como se o *status* alcançado pelo noticiário internacional, ainda que este seja exageradamente sucinto, suplantasse as apurações locais.

O cronista compartilha com seu público a aflição produzida pelas muitas notícias apresentadas nos poucos caracteres da rubrica “Telegramas”. O acúmulo de informações produz inquietação, a instantaneidade também sugere um sentido de urgência. Nesse sentido, o escritor parece pouco entusiasmado com a rubrica, e faz das suas idiossincrasias um dos temas principais de suas crônicas. Em 8 de maio de 1892, lemos:

⁶ *Gazeta de Notícias*, 6 de outubro de 1895.

Mato Grosso foi o assunto principal da semana. Nunca ele esteve menos Mato, nem mais Grosso. Tudo se esperava daquelas paragens, exceto uma república, se são exatas as notícias que o afirmam, porque há outras que o negam; mas neste caso a minha regra é crer, principalmente se há telegrama. Ninguém imagina a fé que tenho em telegramas.⁷

Os dois primeiros períodos da crônica já apresentam um traço estilístico machadiano bastante reconhecível em seus textos: o humor irônico. No excerto, esse movimento se dá no desmembramento do nome do estado brasileiro, efetuando um ruído entre o paralelismo sintático e o semântico. Machado de Assis parece sugerir com essa troça que o longínquo estado estava agora no centro das atenções do país em decorrência de sua situação conflituosa. Do contrário, seguiria na obscuridade.

O cronista repercute uma série de notícias trazidas pela agência Havas, pelos periódicos estrangeiros e pelos correspondentes em Corumbá. Os relatos veiculados nos principais jornais do Rio de Janeiro davam conta da instalação de uma república paralela no centro-oeste brasileiro. Pairavam suspeitas sobre a interferência de países estrangeiros na política brasileira, sobretudo a Inglaterra, o que justificava a repercussão do tema na mídia.

A seguir, um exemplo do impreciso noticiário:

MATO GROSSO

Lê-se em um jornal de Buenos Aires, de 26 do mês passado:

“A última hora resolveu-se que a canhoneira *República*, em lugar de ir a Mato Grosso, vá até Assunção e ali permaneça às ordens do ministro argentino, que a enviará a Mato Grosso, se for preciso.”

Para quê?⁸

As primeiras informações dos eventos no Mato Grosso chegavam via imprensa estrangeira, mas logo os jornais cariocas voltaram seus olhares para a distante unidade da federação. O conflito remonta à interferência do governo federal nas eleições locais. No ano de 1891, o marechal Deodoro da Fonseca

⁷ *Gazeta de Notícias*, 8 mai. 1892.

⁸ *Gazeta de Notícias*, 5 mai. 1892.

sobrepôs sua vontade ao resultado das eleições, nomeando o governador de sua preferência. Uma sucessão de dissoluções e convocações de assembleias legislativas seguiu-se a esse episódio, a partir do qual também ascenderam e caíram uma série de governadores, criando um ambiente político local bastante efervescente.

As informações se seguiam:

Mato Grosso

Montevideú, 6

Notícias chegadas hoje de Corumbá confirmam as anteriormente recebidas sobre a insurreição no Estado de Mato Grosso.

O coronel Barbosa, chefe das forças revolucionárias, continua a empregar todos os meios para fazer frente ao contingente que o governo federal vai mandar.

Reina grande agitação e muita miséria.

A canhoneira *Taquary* está fundeada na baía Negra, com o fim de impedir que os navios com bandeira brasileira transitem livremente, e para proceder à rigorosa visita nos navios estrangeiros a fim de evitar que eles conduzam recursos aos revoltosos.⁹

Havia grande ênfase na possível participação de potências estrangeiras fomentando o conflito; contudo, diferentemente do que sugeria a imprensa internacional, tratava-se de uma questão doméstica, e não de um movimento separatista. O presidente Floriano Peixoto enviou tropas do exército e conteve os revoltosos, fazendo prevalecer os desígnios do governo federal sobre os anseios dos movimentos políticos de oposição.

Efetivamente, Machado de Assis parece se importar pouco com o conteúdo da notícia, mas demonstra interesse pelo alcance dado a ela. Ele questiona a pretensão de verdade dos telegramas, considerando que em poucos dias outros se apresentariam produzindo uma sucessão de reparos e desmentidos. O escritor revela, dessa forma, a precipitação com que as notícias são dadas a conhecer.

Como é notável no expediente do escritor, a presença da ironia amplia o alcance do sentido de suas afirmações. Ao registrar que sua regra é crer no telegrama, o cronista aponta para a descrença. O uso do substantivo “fé” reforça

⁹ *Gazeta de Notícias*, 7 mai. 1892.

nossa hipótese, uma vez que a fé não habita o universo da lógica, mas da crença. Além disso, se há telegramas que relatam determinado fato e outros que o negam, o cronista creia em todos, modificando diariamente a sua opinião? Machado de Assis, assim como o leitor, teria todas as razões para relativizar o teor das informações que lhe eram apresentadas.

Apenas um mês depois, o escritor questiona diretamente a relevância das informações trazidas na rubrica “Telegramas”:

Nesta semana, por exemplo, vimos todos um telegrama de um estado (não me ocorre o nome) resumindo a resposta dada pelo presidente a um ministro federal, que lhe recomendara não sei quê, em aviso [...] Não sei se é verdadeira a notícia, mas tudo pode acontecer debaixo do sol.¹⁰

O trecho parodia a estrutura dos telegramas publicados nos periódicos. O cronista redige o parágrafo na primeira pessoa do plural, incorporando o público na experiência de leitura e sugerindo a insuficiência dos elementos que compõem a notícia. Nesse sentido, percebe que “os acontecimentos deixam de existir desvinculados dos textos que os comunicam, sendo evidenciado o papel das convenções na sua veiculação” (CRUZ JÚNIOR, 2002, p. 69).

Na crônica, as informações-chave para a compreensão do fato são propositalmente suprimidas: um telegrama, um estado de nome esquecido, a resposta dada, um ministro federal, a recomendação omitida. A repetição dos artigos indefinidos potencializa a percepção de que nenhum dos elementos fundamentais para a compreensão do suposto fato é esclarecido, o que chama a atenção para a forma do texto, apresentado quase como um antimodelo de construção da notícia.

O cronista constata que a repetição formal dos telegramas não desperta interesse do leitor nos eventos relatados. Tal é a tendência da informação trazida no curto espaço da rubrica. Em cada pequeno texto há apenas a declaração de ocorrência de determinado sucesso, cujos desdobramentos podem, no máximo, serem intuídos pelo leitor e verificáveis (ou não) em um próximo telegrama.

Não se deve perder de vista que a brevidade do telegrama guarda relação direta com o seu custo operacional. Ora, quanto mais caracteres enviados via telégrafo, mais dispendiosa a mensagem se torna. Limitar a narração dos fatos ao

¹⁰ *Gazeta de Notícias*, 5 jun. 1892.

mínimo necessário significaria, no limite, excluir os detalhes, que muitas vezes são quase tudo.

Se, por um lado, essa configuração produz agilidade na dinâmica da publicação, por outro torna o texto truncado. Esse desequilíbrio entre celeridade e apuro forçosamente obrigaria o leitor a ler a notícia relativizando as lacunas deixadas pelo periódico. O cronista parece sugerir com sua construção bem humorada que os telegramas diários produzem um efeito de repetição, uma vez que a sua forma padronizada obnubila o conteúdo que busca apresentar, como se o gênero fosse limitado a sua forma.

Ao longo da série, o cronista continuou comentando as notícias trazidas pelos telegramas. Em 20 de setembro de 1896, o cronista aproveita o ensejo do falecimento de Carlos Gomes para tecer mais comentários acerca do produto entregue pelo telégrafo:

Toda esta semana foi feita pelo telégrafo. Sem essa invenção, que põe o nosso século tão longe daqueles em que as notícias tinham de correr os riscos das tormentas e vir devagar como o tempo anda para os curiosos, sem essa invenção esta semana viveria do que lhe desse a cidade. Certamente, uma boa cidade como a nossa não deixa os filhos sem pão; fato ou boato, eles teriam algo que debicar. Mas, enfim, o telégrafo incumbiu-se do banquete. A maior das notícias para nós, a única nacional, não preciso dizer que é a morte de Carlos Gomes. O telégrafo no-la deu, tão pronto se fecharam os olhos do artista e deu mais a notícia do efeito produzido em todo aquele povo do Pará, desde o chefe do Estado até o mais singelo cidadão [...]¹¹

Machado de Assis pondera que o telégrafo é, àquela altura, o grande responsável pela aproximação entre as regiões geograficamente distantes entre si, a ponto de haver alguma semana, do ponto de vista jornalístico, inteiramente “feita pelo telégrafo”. Desse modo, as notícias locais parecem dividir a importância com aquelas cujos olhos do grande público antes não podiam alcançar sem algum atraso.

Existe uma dimensão subjetiva bastante explorada na crônica: a percepção das transformações ocorridas no seu tempo. Nesse sentido, o cronista sugere que a velocidade com que “o tempo anda para os curiosos” não deixará de ser lenta

¹¹ *Gazeta de Notícias*, 20 set. 1896.

apenas por conta do advento do telégrafo, mas que talvez os curiosos se tornem ainda mais apressados para recebê-las.

Não obstante, o escritor pondera que há uma notícia realmente importante para os brasileiros, qual seja, o falecimento do compositor Carlos Gomes no Pará, esta sim merecedora de destaque. Dentre os muitos eventos reportados sobre o mundo, é ainda a nota local que parece indispensável ao cronista.

A rigor, Machado de Assis não se apresenta como entusiasta ou opositor do uso da ferramenta tecnológica no expediente da imprensa, mas assim como todos os elementos que a compõem, ela é passível de receber um olhar analítico bastante agudo. Destaca-se nos dois últimos anos de sua série, a atenção especial que dedicou às notícias vindas do interior da Bahia, dando conta da nascente animosidade entre a comunidade do arraial de Belo Monte e as autoridades baianas.

O conflito entre o governo republicano e a população da comunidade residente na cidade de Canudos foi o assunto que mais ocupou espaço nas páginas dos jornais cariocas entre os anos de 1896 e 1897. As notícias sobre o embate chegavam ao Rio de Janeiro através de telegramas encaminhados por correspondentes no estado da Bahia. “A Guerra de Canudos, se não inaugurou, deve ter intensificado extraordinariamente no Brasil a praxe jornalística de dispor de enviados especiais no local dos acontecimentos.” (GALVÃO, 2019, p. 120)

Assim como as informações trazidas pelas agências de notícias, os telegramas publicados nos periódicos eram pouco detalhados e não facilitavam o entendimento da complexidade da questão:

A imprensa admitiu a hipótese de uma grande conjura monarquista, agindo nos sertões baianos, por intermédio dos fanáticos do Conselheiro. A *Gazeta de Notícias* clama contra o “monarquismo revolucionário”; *O País* afirma que “o partido monarquista tinha crescido à sombra das tolerâncias”; o *Estado de S. Paulo* escreve que o caso é grave, “trata-se da Restauração; conspira-se”. (SODRÉ, 1966, p. 269)

Ao longo do conflito e com periodicidade regular, a *Gazeta de Notícias* reservou uma coluna intitulada “Antônio Conselheiro” na sua primeira página. O espaço tinha o propósito de reunir as informações apresentadas pelos telegramas que chegavam diariamente ao Rio de Janeiro, em uma clara tentativa de atribuir

certa ordem e facilitar a compreensão dos leitores sobre o conflito. Essa mesma rubrica era dedicada a publicar os raros telegramas mais extensos que chegavam da Bahia. No dia 4 de dezembro de 1896, a *Gazeta de Notícias* publica um deles, contendo um relato da primeira incursão:

Chegou hoje a força que daqui seguiu sob o comando do tenente Ferreira Pires contra Antônio Conselheiro; os feridos vieram transportados em padiolas. O tenente narrou o seguinte:

Que na ocasião do ataque foi impossível o emprego de tática militar, em vista da fúria desordenada dos atacantes;

[...]

Que Conselheiro tem mais de três mil homens em armas, sendo preciso um número superior de praças para combater;

[...]

Que, apesar da grande mortandade dos fanáticos, Conselheiro continua a reunir adeptos e facínoras de todas as paragens, garantindo que no prazo de 15 a 60 dias ressuscitarão os fanáticos mortos na ação;

Que o conselheiro batalha contra a instituição republicana, garantindo ir ao Rio de Janeiro.¹²

Tendo como fonte um oficial das forças armadas do estado da Bahia, o relato do correspondente é totalmente enviesado. Nessa data, as tropas federais ainda não haviam marchado para combater a população sertaneja. Tratava-se, a rigor, de um conflito local. As autoridades de Juazeiro temiam que a cidade fosse invadida pelo grupo de Antônio Conselheiro, por conta de uma encomenda de madeira não entregue no arraial de Belo Monte. Planejando atacar antes que Juazeiro fosse atacada, os dirigentes locais solicitaram tropas ao governo da Bahia para uma invasão ao povoado em Canudos.

O que se seguiu foi uma sucessão de rumores, testemunhos duvidosos e informações desconstruídas acerca das características da comunidade que pretendia ser autônoma. As mais diversas acusações eram atribuídas à população liderada por Antônio Conselheiro, como a de que se tratava de uma seita composta por fanáticos, de um grupo separatista, de uma organização de restauração monárquica, entre outras.

¹² *Gazeta de Notícias*, 4 dez. 1896.

Os veículos de comunicação da capital federal deram grande repercussão a essas especulações, o que mobilizou a opinião pública contra o grupo de “fanáticos”. Machado de Assis tinha especial interesse na figura do líder da comunidade de Belo Monte, e tratou dele em suas crônicas. Na coluna publicada em 6 de dezembro de 1896, o cronista comenta que os telegramas:

[...] diziam que Antônio Conselheiro bate-se para destruir as instituições republicanas. Neste caso, estamos diante de um general Boulanger, adaptado ao meio, isto é, operando no sertão, em vez de o fazer na capital da República e na Câmara dos deputados, com eleições sucessivas e simultâneas. É muita coisa para tal homem; profeta de Deus, enviado de Jesus e cabo político.¹³

O excerto apresenta uma leitura crítica a respeito das notícias vindas da Bahia. Primeiramente, o autor questiona a afirmação de que Antônio Conselheiro pretendia golpear a recente república brasileira, o que colocaria em questão o envio de tropas à comunidade de Canudos. O cronista compara o líder cearense com o general Georges Boulanger — político catalisador das insatisfações de parte da população francesa com a III república, cuja popularidade levou parte da opinião pública a acreditar que ele lideraria um golpe de estado que nunca aconteceu.

Machado de Assis recorre a uma construção vaga para relatar os rumores acerca do líder da comunidade de Belo Monte. A forma “diziam que Antônio Conselheiro” é propositalmente construída para reproduzir a estrutura do boato:

É justamente nessa imprecisão que, para Machado, reside a força de Antônio Conselheiro e dos acontecimentos de Canudos, cercados de tom “misterioso, muita auréola, muita lenda”. Um mistério resultante da ignorância do que realmente se passa lá fora, ignorância reiterada nas crônicas em que trata do assunto, num registro que conjuga o cômico e o grave. (GUIMARÃES, 2019, p. 149)

Nesse sentido, a precária informação trazida pelos periódicos é responsável diretamente pela composição imprecisa da figura de Antônio Conselheiro. O escritor questiona se o líder, apontado como mentor religioso, também teria pretensões seculares e, especificamente, políticas. O cronista estabelece,

¹³ *Gazeta de Notícias*, 6 dez. 1896.

inclusive, uma relação bem-humorada entre a terminologia da teoria evolucionista, observada na expressão “adaptada ao meio”, e o vocabulário utilizado para tratar do líder religioso estabelecido no interior do país. Nesse sentido, Antônio Conselheiro se colocava em situação diametralmente oposta à de Boulanger, que teve posição bastante consolidada no centro de poder na França.

A escolha pela figura do general Boulanger, reconhecido símbolo de político de carreira e seguidas vezes eleito para o parlamento francês, para ilustrar a leitura do cronista, sugere que o líder de Belo Monte provavelmente não corresponda às expectativas do grande público. Em sua época, tido por muitos como possível líder de uma revolução, o político francês não se desviou da via institucional, frustrando muitos de seus seguidores. Conselheiro, por sua vez, sequer manifestou interesse direto nas questões nacionais. Estaria, portanto, mais distante ainda do enfrentamento político.

Utilizando-se do recurso estilístico da enumeração mista, no qual se encadeiam dois epítetos semanticamente coerentes — “profeta de Deus” e “enviado de Jesus” — e um totalmente dissonante — “cabo político” —, o cronista produz um efeito humorístico, apontando para a inconsistência das afirmações que são feitas a respeito de Antônio Conselheiro. De acordo com essa lógica, a crônica parece sugerir que o líder sertanejo se enquadraria em qualquer papel que a imaginação dos colaboradores da imprensa e a do público pudesse atribuir a ele.

Em síntese, o excerto parece sugerir ao leitor que leia as notícias provenientes dos telegramas com certa reserva, assim como o próprio escritor as lê. Nesse sentido, o cronista faz da leitura dos periódicos uma experiência crítica e complexa. À vista disso, Machado de Assis cumpre efetivo papel de contraponto à própria mídia que ele integra.

Conclusão

Pretendemos demonstrar que os telegramas publicados nos periódicos do século XIX foram perscrutados por Machado de Assis em perspectiva crítica. Como esperamos ter apresentado, a característica predominante desse tipo de texto

publicado pelos jornais, verificável tanto no material distribuído pela agência de notícias Havas, como no enviado pelos correspondentes dos periódicos, é a da compressão da notícia, da síntese, com pouco desenvolvimento.

Em face da imprecisão e da superficialidade dos relatos trazidos na rubrica “Telegramas”, o cronista desenvolveu na coluna “A Semana” a desnaturalização desses textos, apresentando ao seu leitor uma leitura crítica do material trazido diariamente ao leitor dos periódicos.

A crônica machadiana acusa essas dificuldades, além de demonstrar determinada preocupação com o ritmo das novidades e o efeito que elas produzem no seu tempo. Contudo, criticar o expediente da própria mídia em que publicava requeria um certo cuidado do escritor. Ainda assim, o experiente cronista fez da sua desconfiança nos telegramas um dos motores para a escrita do seu texto semanal, discutindo o modo simplório como eram apresentados temas complexos.

Referências

- ASSIS, Machado de. *A Semana: crônicas (1892-1893)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. Edição, introdução e notas de John Gledson.
- ASSIS, Machado de Assis. A Semana – 175. In: Machadiana Eletrônica. Vitória, v.4. n. 8., p. s-s, jul.-dez. 2021. Edição, apresentação e notas de John Gledson.
- BETELLA, Gabriela Kvacek. *Narradores de Machado de Assis: A seriedade enganosa dos cadernos do Conselheiro (Esaú e Jacó e Memorial de Aires) e a simulada displicência das crônicas (Bons dias! E A Semana)*. São Paulo: Edusp/Nankin Editorial. 2007.
- CRUZ JÚNIOR, Dilson Ferreira da. *Estratégias e máscaras de um fingidor: a crônica de Machado de Assis*. São Paulo: Nankin Editorial/Humanitas FFLCH/USP. 2002.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *No calor da hora: a guerra de Canudos nos jornais (4ª expedição)*. Recife: Cepe, 2019.
- GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 1892-1897. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=103730_03&pasta=ano%20189&pesq=&pagfis=0. Acesso em: 01 out. 2021.
- GUIMARÃES, Hélio de Seixas. Antes de Euclides. In: *Serrote, uma revista de ensaios, artes visuais, ideias e literatura*, n. 33. São Paulo, p. 147 - 159, 01 nov. 2019.
- MOLINA, Matías M.. *História dos jornais no Brasil: Da era colonial à Regência. (1500-1840)*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. v.1.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

RODRIGO TRINDADE é professor da área de Letras no Instituto Federal de São Paulo (IFSP). Doutorando em Literatura Brasileira na FFLCH-USP com o projeto *Vozes da imprensa: Machado de Assis e a crônica nos inícios da República*, e estágio doutoral na Sorbonne Université; Mestre em Literatura Brasileira pela FFLCH-USP, Bacharel e Licenciado em Letras – Português e Espanhol na FFLCH-USP; e bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco-USP.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0132-7019>. E-mail: r.trindade@outlook.com.

Recebido: 17.10.2021

Aprovado: 16.11.2021